



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
Divisão de Acompanhamento Funcional e Formação Permanente
Setor de Formação Permanente

PLANO DE CURSO		
NOME DO CURSO: Lei 8.112/90 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União		
PROFESSOR: Rodrigo de Resende Pinha		
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Sala do PPGARQ. Prédio do CCH. Subsolo, sala 02 (Av. Pasteur, 458, Urca).		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 horas	PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 13/06 a 29/08 - Quartas-feiras Horário: 9h às 12h.	ANO: 2018
PÚBLICO ALVO		
Servidores docentes, técnico-administrativos e terceirizados da UNIRIO.		
EMENTA		
LEI 8.112/90. Conceitos Iniciais. Agentes Públicos. Cargos, Empregos e Funções. Provimento e Vacância. Remoção, Redistribuição e Substituição. Direitos e Vantagens. Processo Disciplinar. Previdência Social do Servidor. LEI 9.784/99. Princípios. Direitos e Deveres dos Administrados. Fases do Processo.		
JUSTIFICATIVA		
O curso “Lei 8.112/90 – Regime jurídico dos servidores públicos civis da União” busca aperfeiçoar e atualizar os servidores sobre as normas legais do Regime Jurídico Único no qual estão inseridos. É importante que os agentes públicos conheçam seus direitos e deveres, formas de apuração de responsabilidades, aplicações de penalidades e outras regras inseridas na lei, para que possam nortear da melhor maneira sua conduta na praxe administrativa.		
OBJETIVO GERAL		
Aperfeiçoar e atualizar os servidores sobre as normas legais do regime jurídico dos servidores públicos civis da União – Lei 8.112/90.		

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar conceitos básicos para interpretação da lei;
- Discutir direitos e deveres dos servidores;
- Analisar as penalidades previstas e suas formas de aplicação;
- Debater a aplicação da lei em casos concretos baseado na jurisprudência e na doutrina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: Introdução

- Contextualização e aplicação da lei
- Cargo Público (cargo efetivo x cargo em comissão)
- Classificação de Agentes Públicos
- Provimento e Vacância
- Remoção, Redistribuição e Substituição

Unidade 2: Dos Direitos e Vantagens

- Vencimento e Remuneração
- Vantagens
- Indenizações
- Gratificações e Adicionais
- Férias
- Licenças
- Afastamentos
- Concessões
- Tempo de Serviço
- Direito de Petição

Unidade 3: Do Regime Disciplinar

- Deveres
- Proibições
- Acumulação
- Responsabilidades
- Penalidades

Unidade 4: Do Processo Administrativo Disciplinar

- Disposições Gerais
- Afastamento Preventivo
- Processo Disciplinar

Unidade 5: Lei 9.784/99 - Processo Administrativo em âmbito Federal

- Princípios inerentes ao Processo Administrativo
- Direitos e Deveres dos Administrados
- Competência
- Impedimento e Suspeição

- Fases do Processo (Início, Instrução, Decisão, Recursos e Prazos)

Unidade 6: Da Seguridade Social do Servidor

- Disposições Gerais
- Benefícios
- Disposições Finais
- Avaliação

METODOLOGIA

Aulas expositivas, aplicação e resolução de exercícios; discussão de experiências práticas.

RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas e PowerPoint.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada na participação das discussões em sala de aula, resolução de exercícios, estudo de caso e controle de presença.

ENTREGA DE CERTIFICADO

O certificado de participação será entregue aos que obtiverem presença mínima de **70%** de frequência.

BIBLIOGRAFIA

- **BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Senado Federal, 18 de abril de 1991. 170º da Independência e 103º da República.

- CARVALHO, Matheus; OLIVEIRA, João Paulo. **Agentes Públicos - Comentários à Lei 8112/90.** Salvador: Editora Juspodium, 2017.

PROFESSOR (A) INSTRUTOR (A)

Rodrigo de Resende Pinha

Assistente em Administração na UNIRIO, lotado na Diretoria de Pós-Graduação, desde outubro de 2012. Possui formação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá e especialização em

Marketing pelo Ibmecc. Pós-Graduando em Direito Administrativo pela Universidade Estácio de Sá em parceria com o Complexo Educacional Renato Saraiva, Estácio/CERS.

Plano de Curso entregue em: 28/05/2018.

Rodrigo de Resende Pinha

Professor Responsável